

11 de Junho de 2004

Revista de Estudos Demográficos

N.º 35 - 2004

ESTUDOS DEMOGRÁFICOS



No 35º número da Revista de Estudos Demográficos são publicados seis artigos:

- “O país e a família através das crianças – ensaio exploratório”
- “Núcleos familiares monoparentais”
- “Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas”
- “Os encargos e as rendas das famílias com a habitação”
- “Reflexos da dimensão familiar no padrão de consumo das famílias residentes em Portugal”
- “Pobreza e exclusão social nas famílias com idosos”

O Instituto Nacional de Estatística (INE) acaba de editar o n.º 35 da **REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS** (RED).

A RED tem uma longa tradição na divulgação de estudos demográficos em Portugal. O primeiro número foi editado em Junho de 1945 e, desde então, tornou-se num polo de referência para a divulgação de estudos que procuram caracterizar as principais linhas de evolução da situação demográfica nacional e o seu enquadramento na situação internacional.

Reeditada em 2002, após alguns anos de interrupção, a RED tem desde então uma periodicidade semestral, sendo um dos números temático e outro generalista. O INE procurou associar-se às comemorações do 10º Aniversário do Ano Internacional da Família, que decorre durante o ano de 2004, editando mais um número dedicado à temática da **família** e dos **núcleos familiares**. Recorde-se que a RED n.º 33, editada em 2003, constituiu um primeiro contributo para a preparação do evento, dando visibilidade ao tema.

Neste número são apresentados 6 artigos, cujos resumos se apresentam em seguida:

O país e a família através das crianças – ensaio exploratório

A temática das crianças como objecto autónomo da investigação em ciências sociais é recente. Ao contrário de outras franjas etárias (como a juventude ou a velhice) e ao contrário do que sucede em outros campos disciplinares vizinhos (em que o caso mais paradigmático é o da psicologia), escassa atenção se lhes presta até

há bem pouco tempo naqueles ramos do saber científico. Mesmo no estudo da família, até aos inícios da década de 90 do século XX, o lugar e o contributo activo das crianças no fabrico da dinâmica e dos processos familiares surgem com uma visibilidade mínima.

O acesso à visibilidade estatística desta franja de população é uma condição básica para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância. Este artigo apresenta um ensaio exploratório sobre os dados do Censo 2001 em que se tomam as crianças, e não os adultos, como o centro de gravidade da análise. A idade biológica é o critério operacional e distintivo da franja de população infantil: consideram-se crianças os indivíduos residentes no País com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Sabemos que não basta a idade para dela se deduzirem retratos da infância ou das infâncias em Portugal; mas a idade constituirá, certamente, uma boa pista para aproximar e enquadrar essas condições.

O texto organiza-se em torno de três pontos. Esboçamos primeiro um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal contemplando a sua evolução (1981-2001), a sua distribuição territorial, estrutura etária e sexos, as suas nacionalidades. Num segundo tempo, retratamos a família das crianças a partir de alguns ângulos: distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. O terceiro ponto privilegia a sua relação com a escola, tema que, tendo em conta o grupo etário em questão (0-14 anos) é selectivamente abordado de dois pontos de vista: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos.

Núcleos familiares monoparentais

Este artigo baseia-se numa abordagem estatística exploratória dos resultados dos XIII e XIV Recenseamento Geral da População, tendo como principal objectivo uma breve caracterização estatística dos núcleos familiares monoparentais residentes em Portugal em 2001.

Destaca-se uma elevada proporção de núcleos monoparentais em famílias de um só núcleo, nomeadamente de mães com filhos, em que um alargado número se reporta a mães com 65 ou mais anos de idade, sendo na sua maioria viúvas e sem actividade económica (eventualmente reformadas), cujos filhos teriam 25 ou mais anos de idade. Verificou-se ainda uma percentagem considerável em que o estado civil dos pais e mães era o de divorciado(a).

Contudo, fazendo incidir a pesquisa não sobre os núcleos monoparentais enquanto tipologia censitária baseada nas relações de parentesco mas àqueles que de facto se enquadram num conceito mais restrito, isto é, aos núcleos de pais e mães com filhos dependentes, delineia-se um perfil completamente diferente do encontrado face à totalidade dos núcleos monoparentais.

Estes núcleos monoparentais com filhos dependentes (em famílias de um só núcleo e sem outras pessoas) caracterizam-se sobretudo pela elevada proporção de mães com filhos, concentrando-se sobretudo em mães com

idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos de idade, divorciadas ou separadas e que se encontravam empregadas.

Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas

O crescente aumento da dissolução voluntária do casamento, com a natural constituição de uma nova relação conjugal, e consequentemente de uma nova família, fazem com que tenda a proliferar um tipo específico de família – a família reconstituída.

O artigo apresenta uma breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, com base nos resultados dos Censos 2001 e nas Estatísticas Demográficas. Para além de dar a conhecer a extensão do fenómeno, pretende igualmente identificar algumas características demográficas e sociais dos protagonistas deste tipo de família.

Da análise efectuada, ressaltam principalmente duas grandes especificidades dos núcleos em estudo: a diversidade regional e o tipo de núcleo preferencial. Pertencem ao litoral sul do País as percentagens mais elevadas de núcleos familiares reconstituídos, com o Alentejo Litoral, Algarve, Península de Setúbal e Grande Lisboa, a apresentarem as proporções mais altas. Contrastando com a situação da totalidade dos casais “de facto”, que face ao seu universo apenas perfazem 6,5%, a maioria dos núcleos familiares reconstituídos são formados por casais a viver em união de facto – cerca de 56%.

Os encargos e as rendas das famílias com a habitação

O artigo pretende fundamentar com dados estatísticos, os factos perceptíveis no dia a dia sobre a problemática da habitação, dos encargos financeiros e das rendas.

Os resultados dos Censos 2001 revelam que a maioria das famílias a residir em Portugal é proprietária da sua habitação, não tem encargos por compra do seu alojamento, e ocupa principalmente edifícios construídos nos últimos trinta anos.

O facto da maioria das famílias não ter encargos por compra pode ser explicado pela época de construção, em que as habitações mais antigas não estavam oneradas de encargos. A idade média de um representante de uma família com propriedade do seu alojamento mas sem encargos é de 57 anos, bastante superior à idade média de um representante com encargos por compra do seu alojamento (cerca de 42 anos) e que pagava, em média, um encargo de 290,72 euros

Os alojamentos arrendados são principalmente ocupados por famílias representadas por idosos, sem actividade económica ou com incapacidade permanente perante o trabalho, com níveis baixos de instrução e com uma renda média de 124,39 euros. Por outro lado, os alojamentos com rendas muito elevadas (mais de cerca de 500 euros) são uma opção pouco frequente das famílias portuguesas.

Reflexos da dimensão familiar no padrão de consumo das famílias residentes em Portugal

Tendo em conta que Portugal regista uma das dimensões médias da família mais elevadas entre os países da União Europeia, elaborou-se um estudo sobre o padrão de consumo das famílias numerosas (5 ou mais indivíduos), baseado no Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF).

Com efeito, de acordo com a citada fonte, no ano de 2000, cerca de uma em cada dez famílias portuguesas era numerosa. Como se poderá verificar, a despesa individual média encontrada nas famílias numerosas ficou 25% aquém das restantes famílias, salientando-se ainda o papel das crianças no padrão de consumo das famílias de maior dimensão.

São ainda apresentados alguns resultados ventilados por quintis de rendimento, evidenciando as especificidades do padrão de consumo das famílias numerosas mais desfavorecidas, bem como algumas particularidades da afectação da despesa às várias divisões de consumo da nomenclatura utilizada. O estudo desenvolve-se tendo por base uma escala de equivalência dos indivíduos, o que permite análises comparativas ao deduzir os efeitos de economia de escala das famílias numerosas.

Pobreza e exclusão social nas famílias com idosos

O artigo analisa as disparidades existentes entre os agregados familiares com e sem idosos nos domínios da pobreza segundo o rendimento e segundo as condições de vida, salientando as especificidades das pessoas idosas a viver sós e dos agregados constituídos apenas ou principalmente por idosos, com recurso aos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000. Analisa-se igualmente a estrutura das receitas e os padrões de consumo destes agregados.

Das principais conclusões ressalta que os agregados com idosos, especialmente, os idosos a viver sós e os casais de idosos, observam as piores situações em termos de condições do alojamento em que residem e na posse de bens de equipamento doméstico. Estes mesmos agregados apresentam os maiores índices de pobreza, quer segundo o critério do rendimento, quer segundo o das condições de vida.

Em termos de padrões de consumo, verifica-se que as despesas com a habitação e com a alimentação absorvem quase metade do total das despesas nos agregados com idosos, assumindo uma proporção ainda mais elevada quando estes agregados estão em situação de pobreza. As despesas com a saúde observam um peso relativo no total das despesas superior nos agregados com idosos. As classes de despesas não relacionadas directamente com bens essenciais assumem proporções muito baixas nos agregados com idosos a viver em situação de pobreza.